

"Portugal – Aprofundamento de reformas estruturais para apoiar o crescimento e a competitividade"

Notas da UGT sobre documento aprovado pelo Secretário-Geral da OCDE

Em primeiro lugar, a UGT ressalta o facto de o documento acima mencionado não ser um documento oficial da OCDE, ainda que publicado, apresentado e de alguma forma, suportado publicamente pelo Secretário-Geral da instituição.

Assim, não podemos deixar de começar por expressar as nossas reservas quanto à relevância, adequação e oportunidade política da apresentação de um documento de tal natureza, especialmente quando ele aparece num momento particularmente delicado para Portugal, com o fim do Programa de Assistência Económica e Financeira e quando há discussões em curso a nível nacional tripartido sobre um conjunto de questões abordadas no relatório (salário mínimo, políticas de rendimentos e mecanismos de fixação dos salários, legislação laboral, políticas activas do mercado de trabalho...).

O documento, que pretende ser um contributo para os decisores políticos portugueses, continua a ignorar a necessidade fundamental de políticas específicas para promover o crescimento e o emprego, reafirma a centralidade da consolidação orçamental como o único caminho para alcançar esses objetivos e reforça a continuidade de um conjunto de recomendações há muito tempo contestado pelo movimento sindical.

Quando a OIT, o TUAC e os parceiros sociais nacionais aconselham e reconhecem o papel fundamental e a necessidade de um aumento do salário mínimo Português (que é, actualmente, e desde 2011 de 485 €), e até mesmo o Governo Português já demonstrou a sua disponibilidade para tal aumento durante 2014, o relatório insiste em manter "o salário mínimo inalterado até que haja sinais claros de recuperação no mercado de trabalho".

O relatório chega a ser até contraditório, pois, ao fazer uma avaliação geral das reformas estruturais que foram implementadas pela Troika, destaca e reconhece a existência de "tendências positivas" e indicadores económicos positivos.

Mais, como confederações sindicais, devemos lembrar que o salário mínimo tem um papel social importante e seu aumento não pode nem deve ser determinado apenas por fatores económicos e de competitividade, como parece ser o caso no documento.

Como já mencionado anteriormente, o relatório também desconsidera o facto de que há uma discussão tripartida em curso sobre um possível acordo de médio prazo sobre o salário mínimo e a necessidade reconhecida por todas as partes envolvidas - tanto por razões económicas como sociais - de um aumento em 2014.

O aumento da pobreza e das desigualdades em Portugal desde 2011, como claramente indicado pelas estatísticas nacionais, torna o aumento do salário mínimo não apenas um imperativo económico, mas especialmente, social.

Deve sublinhar-se que o período desde 2011 não é abordado no relatório, mesmo estando a informação disponível, levando, portanto, a algumas conclusões enganosas.

Assim, não podemos afirmar, à semelhança do que é feito no relatório, que a solidariedade social tem sido e é protegida quando, os números existentes mostram exatamente o oposto. Pelo contrário, e devido a muitas das reformas impostas, Portugal enfrenta sérios problemas quanto à cobertura da proteção social e da coesão social.

A UGT deve ainda salientar as suas preocupações, no que respeita às recomendações do relatório sobre o desempenho do mercado de trabalho, especialmente na legislação laboral, na negociação colectiva e nas políticas de emprego.

Uma vez mais, e alinhando-se com a posição da Troika, este novo documento reafirma a necessidade de aprofundar algumas reformas, insistindo numa legislação laboral mais flexível e no desmantelamento da negociação colectiva sectorial, ignorando mesmo recentes acordos tripartidos sobre questões relevantes para a promoção da negociação colectiva, tais como os critérios para as portarias de extensão.

O principal motor dessas reformas é, naturalmente, o objectivo assumido de alcançar uma maior redução dos custos do trabalho e dos rendimentos dos trabalhadores e pensionistas.

Também sobre a protecção no emprego, o relatório está em plena sintonia com as posições e as medidas propostas pela Troika, o que sugere uma maior redução das prestações de desemprego, ao pretender tornar estes benefícios "menos dependentes da idade e reduzi-los para os trabalhadores mais velhos", ignorando completamente que um grande número dos desempregados já não têm qualquer protecção contra o desemprego (52%).

Reconhecemos que o documento apresentado contém algumas recomendações isoladas que consideramos relevantes, nomeadamente a necessidade de mais e melhor educação e formação de adultos ou o reforço das políticas activas do mercado de trabalho.

No entanto, e analisando o relatório como um todo, a UGT não pode deixar de concluir, como já foi dito, que ele continua a ignorar os desafios reais de crescimento económico e de criação de emprego de qualidade, insistindo num único caminho, o da austeridade e da insensibilidade social, que ignora o contexto nacional e até mesmo o diálogo social nacional (vg. sobre salário mínimo ou a negociação coletiva), um caminho que sempre rejeitámos e que já provou ser um fracasso.

11-07-2014



Carlos Silva

Secretário-geral da UGT